



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - C.D.I.

**RESOLUÇÃO N° 05/2025
DE 24 DE JANEIRO DE 2025**

Aprova extensão de prazo do Apoio Fiscal da empresa que especifica, para efeito de usufruir dos benefícios concedidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, com as alterações impostas pelas Leis nºs 3.377, de 15 de setembro de 1993, nº 3.590, de 27 de dezembro de 1994, nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995, nº 3.680 de 20 de dezembro de 1995, nº 4.173 de 20 de Dezembro de 1999, nº 4.525 de 1º de abril de 2002, nº. 4.914 de 25 de agosto de 2003, nº 4.978 de 30 de setembro de 2003, nº 5.382 de 05 de julho de 2004, nº 5.649 de 11 de maio de 2005, nº 5.705 de 31 de agosto de 2005, nº 5.851 de 16 de março de 2006 e nº 5.894 de 1º de junho de 2006, e nº 7.592 de 03 de janeiro de 2013 e com base no disposto em seu Regulamento instituído pelo Decreto Consolidado nº 29.935, de 30 de dezembro de 2014, e de acordo com a decisão do Colegiado nesta data.

Considerando que a empresa **JUNDU NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.**, goza do benefício fiscal nos termos das Resoluções nº 73/2015, de 31/08/2015, nº 44/2017, de 24/05/2017, nº 108/2017, de 18/12/2017, e nº 47/2018, de 28/05/2018;

Considerando o pleito vinculado ao processo SEDETEC nº 498/2024-REL.TEC-SEDETEC, de 14/08/2024, onde a empresa solicita extensão do Apoio Fiscal;

Considerando que o Parecer CODISE/DEGIN nº 004-031/2024, de 22/11/2024, foi favorável ao pleito;

Considerando que o Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) nº 7591/2024, de 19/12/2024, concluiu pela possibilidade jurídica de extensão de prazo de fruição do benefício fiscal;

Considerando que o Parecer da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) nº 666/2024, de 27/08/2024, opinou pelo deferimento do pleito;

Considerando a decisão do CDI, **por unanimidade**, em reunião realizada no dia **24/01/2025**; ✓

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a extensão de prazo para **JUNDU NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.**, empresa inscrita no **CNPJ nº 20.332.852/0001-93** e **Inscrição Estadual nº 27.145.424-5**, para efeito de usufruir dos incentivos fiscais concedidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, por mais **15 (quinze)** anos.

Parágrafo Único – A extensão do prazo de que trata o caput deste artigo, para gozo dos benefícios que a empresa está enquadrada e aqueles referentes ao novo enquadramento ficam estendidos para 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da publicação da Resolução inaugural nº 73/2015, ou seja, 11/09/2015, limitado a 31/12/2032, por força da Lei Complementar Federal nº 160/2017, de 07/08/2017 e do Convênio ICMS nº 190/2017, de 15/12/2017.

Art. 2º - Por força do disposto no §3º do Art. 195 da Constituição Federal c/c a alínea “a”, inciso I do Art. 47 da Lei nº 8.212/91, a preservação do benefício fiscal concedido nos termos desta



Resolução está condicionada à manutenção da regularidade da empresa beneficiada junto à seguridade social.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da aplicação do disposto no Art. 8º da Lei 3.140/91, uma vez constatada a irregularidade da empresa beneficiada junto à seguridade social, o seu incentivo fiscal será suspenso ou cancelado por resolução deste Conselho.

Art. 3º - Esta Resolução, subordinada à Legislação referida no preâmbulo, entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Valmor Barbosa Bezerra
Vice-Presidente, no exercício da Presidência
Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI